DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DOS RELATÓRIOS DOS INSPETORES GERAIS DO ENSINO DO PARANÁ DE 1920 A 1934

Mylena Soares Machado (Bolsista PIBIC/CNPq/FA/UEM), Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora), Italo Ariel Zanelato (Coorientador). E-mail da orientadora: mcgmachado@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas (CCH), Departamento de Fundamentos da Educação (DFE). Maringá, PR.

Educação: História da Educação.

Palavras-chave: História da educação paranaense; Materialismo histórico-dialético; Relatórios do século XX.

RESUMO

Este trabalho analisa relatórios de inspeção escolar com o objetivo de compreender a estruturação e o tratamento da educação pública paranaense entre 1920 e 1934. Fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como método e recorre às pesquisas documental e bibliográfica como procedimentos de investigação, utilizando fontes do acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE). Os resultados revelam expressiva expansão da rede escolar, marcada pela proliferação de escolas isoladas no interior e pela consolidação dos grupos escolares. Esse processo, contudo, evidencia desigualdades estruturais: enquanto os centros urbanos concentravam professores normalistas diplomados, o interior dependia majoritariamente de docentes provisórios sem formação pedagógica. Os documentos demonstram, ainda, a institucionalização do aparato escolar, a expansão de escolas noturnas e a criação de classes em diferentes instituições, além do fortalecimento dos controles pedagógico e higiênico e da nacionalização das colônias de imigrantes. Conclui-se que a expansão ocorreu em contradição com as precárias condições materiais, prediais e sanitárias da escola pública paranaense.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva compreender como a escola primária pública paranaense foi tratada e estruturada pelo poder governamental entre 1920 e 1934, período marcado por tensões políticas, reformas pedagógicas de cunho modernizador e tentativas estatais de promover a unificação ideológica do país por meio do ensino primário. Nesse contexto, analisa-se a atuação dos inspetores gerais e distritais de ensino na mediação burocrática e pedagógica entre o poder executivo e o cotidiano escolar.

A pesquisa compreende a educação como uma produção social relacionada às contradições econômicas, sociais e materiais de sua época. Nessa perspectiva,

os relatórios de inspeção escolar constituem fontes primárias para a compreensão da instrução pública e de sua materialidade, uma vez que as fontes documentais são fundamentais para a investigação historiográfica (D'Assunção Barros, 2019).

No Paraná das primeiras décadas do século XX, os inspetores orientavam o corpo docente, avaliavam as metodologias aplicadas e documentavam carências de higiene e infraestrutura da rede escolar, especialmente no interior. Assim, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender as contradições entre a organização e expansão da instrução pública e as condições concretas de sua realização.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente investigação fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como método de apreensão e análise da realidade. Orientada por esse método, a pesquisa recorre aos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento sistemático das fontes documentais centrou-se no processamento e na análise dos *Relatórios Anuais da Diretoria Geral do Ensino, da Inspetoria Geral do Ensino e da Secretaria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública*, abrangendo o recorte temporal da pesquisa, de 1920 a 1934.

Compreendendo a educação como um fenômeno produzido socialmente, a atividade investigativa constitui uma ferramenta teórica e crítica para apreender o movimento do objeto em suas relações com as condições materiais e as contradições que o constituem. Nessa perspectiva, as fontes históricas não são tomadas de forma isolada, mas analisadas em suas relações com as condições concretas de sua produção (Rocha; Zanelato, 2024), de modo a superar a apreensão imediata e aparente da realidade (Marx; Engels, 2007). No âmbito desta pesquisa, o materialismo histórico-dialético possibilita compreender a contradição entre o esforço governamental de modernização pedagógica e as condições materiais e estruturais da rede pública de ensino no Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes evidencia expressiva expansão e interiorização da rede escolar pública primária paranaense. De 16.442 alunos matriculados em 1919, a rede alcançou 34.274 em 1922, durante a administração do Inspetor Geral César Prieto Martinez (1920-1923), e 73.385 matrículas em 1928. Nesse ano, registravam-se 50 grupos escolares, com 16.769 alunos, e 950 escolas isoladas, com 37.174 alunos. Em 1930, o ensino primário público contabilizava 64.392 matrículas. A série documental demonstra a centralidade das escolas isoladas nesse processo: em 1920, eram 15.777 matrículas nessa modalidade, passando para 27.811 em 1923, 37.174 em 1928, 46.349 em 1930 e 42.812 em 1931. A expansão alcançou áreas de sertão e zonas de fronteira, como Guarapuava, Palmas, Clevelândia, Foz do Iguaçu e Santo Antônio da Platina. Paralelamente, a consignação financeira para a instrução pública passou de 1.130 Contos de Réis, em 1920, para 5.179 Contos, em 1931, representando crescimento nominal aproximado de 358%, embora os

recursos não tenham sido suficientes para sanar as carências materiais e de infraestrutura da rede escolar do interior.

A interiorização também revelou desigualdades na composição do corpo docente. Enquanto os centros urbanos, sobretudo Curitiba, concentravam professores normalistas diplomados, as escolas isoladas rurais e coloniais dependiam majoritariamente de professores provisórios, contratados sem titulação pedagógica. Em 1928, registravam-se 357 normalistas e 524 provisórios, estes últimos alcançando 773 em 1930. Em 1931, entre as escolas isoladas, destacavam-se municípios como Reserva, com 18 provisórios para 22 escolas; Tibagy, com 26 para 29; e Guarapuava, com 34 para 40. Os dados evidenciam, assim, que a expansão da escola pública no interior se apoiou significativamente em um corpo docente provisório e sem formação pedagógica formal.

Os documentos demonstram, ainda, a capilaridade alcançada pela instrução pública em instituições policiais, prisionais, assistenciais, industriais e de saúde, associada às práticas de ressocialização, controle e moralização social. Em 1928, registravam-se a Escola de Reclusos da Penitenciária do Estado, a Escola de Reforma do Asilo São Vicente de Paulo, o Abrigo de Menores e a Escola Policial da Guarda Cívica da Capital. No início da década de 1930, essa atuação alcançou os quartéis do Exército, com a alfabetização de praças analfabetas; complexos agroindustriais, como o Frigorífico Matarazzo e a Fábrica de Papel em Jaguariaíva; e o Leprosário São Roque, em Piraquara, onde uma classe de ensino elementar atendia 46 crianças acometidas pela hanseníase.

Por fim, os relatórios de inspeção evidenciam a contradição entre o discurso modernizador do Estado e as condições materiais da escola pública. Enquanto César Prieto Martinez atribuía à alfabetização papel fundamental na emancipação do indivíduo e na geração da riqueza nacional, os relatórios de inspeção médica registravam escolas instaladas em casarões adaptados, iluminação precária, escassez de água e latrinas contíguas às salas de aula. Também documentavam elevadas ocorrências de anemia, pediculose, sarna e verminose e, em Ponta Grossa, o diagnóstico de 50% dos alunos como doentes, estabelecendo relações entre debilidade física e atraso intelectual. Simultaneamente, a inspeção atuava no processo de nacionalização do ensino nas colônias de imigrantes poloneses de Prudentópolis e São José dos Pinhais, fiscalizando estabelecimentos particulares e impondo o ensino de português, geografia e história do Brasil no contexto das políticas de nacionalização do ensino.

CONCLUSÕES

A análise revela que a estruturação e a modernização da escola pública primária paranaense ocorreram em meio a contradições. Por um lado, o Estado promoveu a expansão da instrução pública para regiões do interior e diferentes espaços institucionais; por outro, esse processo ocorreu sob condições materiais precárias, com escolas isoladas sem infraestrutura adequada e dependentes de professores provisórios e sem formação pedagógica formal. Assim, a modernização projetada pelo discurso estatal encontrou limites nas condições concretas da escola

paranaense. A inspeção de ensino, além de sua função administrativa, constituiu instrumento de intervenção política, pedagógica e higiênica e documentou as desigualdades materiais que atravessavam a relação entre o ideal pedagógico estatal e a realidade das escolas paranaenses no início do século XX.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Cristina Gomes Machado, ao meu coorientador, Professor Dr. Italo Ariel Zanelato e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica, e à Universidade Estadual de Maringá (UEM).

REFERÊNCIAS

D'ASSUNÇÃO BARROS. José. **Teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1919.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1920.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1922.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1923.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1928.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1930.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça Instrução Pública e Annexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1931.

ROCHA, Alessandro Santos da; ZANELATO, Italo Ariel. As fontes e a história da educação: uma abordagem a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 6, e5186, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-251. Acesso em: 26 ago. 2026.